

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 1045/2005. — Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 140/2004, de 8 de Junho, que cria o Instituto Português da Qualidade, e com o n.º 2 da Portaria n.º 261/2005, de 17 de Março, que aprovou os seus Estatutos, é nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de vogal do conselho directivo deste Instituto a engenheira Maria José Celestino Soares Rodrigues Pereira Brito.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional da nomeada e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae* que é publicada em anexo ao presente despacho.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese)

Dados pessoais

Nome — Maria José Celestino Soares Rodrigues Pereira Brito.
Data de nascimento — 13 de Dezembro de 1948.

Habilitações literárias

Engenheira química pelo Instituto Superior Técnico (1967-1971), com a média final de 15 valores.
Frequência do mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento da Universidade de Aveiro — conclusão da parte curricular em 1999.

Experiência profissional

Vogal da CPC — Comissão Permanente de Contrapartidas (2005).
Vogal dos conselhos directivos do IAPMEI e do ICEP — Portugal (2004-2005).
Coordenadora do Gabinete de Parcerias e Formação Profissional do Programa de Incentivos à Modernização da Economia — PRIME (2001-2004).
Membro da equipa de missão do Programa Dinamo — Dinamização dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado (2003-2004).
Membro do Comité Consultivo para a Formação Profissional (ACVT — Advisory Committee for Vocational Training), criado por decisão do Conselho da União Europeia de 30 de Setembro de 2002 (2002-2004).
Coordenadora da área de planeamento e controlo de gestão do Programa Operacional da Economia — POE (2000-2001).
Coordenadora de programas do PEDIP II (1994-1999).
Vogal do conselho fiscal da TECNOCEL — Centro de Desenvolvimento Tecnológico para a Indústria da Celulose, S. A. (1993-1996).
Vogal da direcção da INCITE — Associação Portuguesa de Informação para Gestão (1985-1990).
Presidente do conselho fiscal da INCITE (2000-2004).
Membro nacional do Comité de Informação para a Indústria da Federação Internacional de Informação para a Indústria FID/II (1986-2000).
Coordenadora da área informática do Gabinete do Gestor do PEDIP (1992-1994).
Coordenadora do Departamento Central de Informação do Gabinete do Gestor do PEDIP (1988-1994).
Assessora principal da Direcção-Geral da Indústria desde 1997 e na actual Direcção-Geral da Empresa.
Chefe de divisão da Direcção-Geral da Indústria (1984-1988).
Técnica superior principal da Direcção-Geral da Indústria (1982-1984).
Técnica superior da Direcção-Geral das Indústrias Transformadoras Ligeiras (1978-1982).
Assistente de investigação do INII — Instituto Nacional de Investigação Industrial (1971-1977).
Assistente de Química Inorgânica do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1973-1975).
Assistente de Química Geral do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1971-1973).

Despacho conjunto n.º 1046/2005. — Na sequência da cessação de funções do inspector-geral de Jogos que se encontrava em exercício, afigura-se premente o preenchimento do cargo vago na Inspeção-Geral de Jogos.

Considerando a experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo anexo ao presente despacho, bem como a competência demonstrada no exercício das funções de subinspector-geral de Jogos que tem vindo a desempenhar nos últimos anos, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 184/88, de 25 de Maio, e do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer, em regime de comissão de serviço, o cargo de direcção superior de 1.º grau como inspector-geral de Jogos o licenciado António José Maria Alegria, inspector superior principal do quadro de pessoal da mesma Inspeção-Geral.

O presente despacho produz efeitos desde 31 de Agosto de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

ANEXO

Curriculum síntese

Identificação:

Nome — António José Maria Alegria;
Data de nascimento — 5 de Março de 1953;
Naturalidade — freguesia de Marateca, concelho de Palmela;
Residência — Rua de Ana Gonçalves, 3, 6.º, direito, 2900 Setúbal;
Habilitações literárias — licenciatura em Direito.

Outros estudos:

Pós-graduação em Direito Público;
Gestão de recursos humanos na Administração Pública;
Gestão de projectos informáticos.

Formação profissional:

Frequentou diversas acções de formação e seminários versando sobre matérias de natureza jurídica e organizacional, para além de formação informática genérica, e sobre aplicações específicas para o controlo e gestão dos casinos e explorações de bingo;
Exercício profissional — exerceu funções técnicas nos Ministérios da Justiça e da Educação e de inspecção nos Ministérios da Saúde e da Economia e da Inovação, que compreende o exercício na Inspeção-Geral de Jogos, onde ingressou em 1984, tendo, desde 1987, desempenhado funções como coordenador de equipas de inspecção nas diversas zonas de jogo;
Exerce funções como subinspector-geral desde 10 de Setembro de 2002.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 1047/2005. — Considerando a necessidade de assegurar o exercício de funções do cargo de director do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presentemente vago na sequência da cessação de funções do anterior titular;

Considerando que a subdirectora licenciada Fátima Maria Feijóo Leão reúne o perfil e a experiência adequados ao exercício daquelas funções, como evidenciado no currículo anexo ao presente despacho:

É nomeada, ao abrigo dos artigos 19.º e 27.º, n.ºs 1, 2 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 256/2002, de 22 de Novembro, para exercer, em regime de substituição, funções de direcção superior como directora do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a licenciada Fátima Maria Feijóo Leão, contando o período de substituição, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço no cargo de subdirector.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Outubro de 2005 e cessa por caducidade com a nomeação do novo director do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Resumo de curriculum vitae**1 — Dados pessoais**

Nome — Fátima Maria Feijó Leão.
 Data de nascimento — 12 de Abril de 1949.
 Naturalidade — São Vicente, República de Cabo Verde.

2 — Habilitações

Licenciatura em Ciências Político-Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, concluída em Julho de 1974.
 Bacharelato em Administração Económico-Financeira de Empresas pela Escola Superior de Organização Científica do Trabalho, concluído em Julho de 1972.

3 — Situação profissional actual

Subdirectora do Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Externas do ex-Ministério do Planeamento.
 Desde 1993 que vem exercendo a função de subdirectora em gabinetes de assuntos europeus e relações externas — no Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT), no Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), no Ministério do Equipamento Social (MES) e actualmente no ex-Ministério do Planeamento.

4 — Actividade profissional

Vinte e oito anos de carreira profissional na Administração Pública, dos quais nove como dirigente, desempenhada entre o ministério que foi tendo a tutela das obras públicas, dos transportes, da habitação e das comunicações e o Ministério do Planeamento, com excepção dos dois primeiros anos (1974 e 1975), em que desempenhou funções técnicas no Ministério da Educação.
 A maior parte da sua carreira técnica foi desenvolvida em gabinetes de planeamento. A partir da integração de Portugal na Comunidade Europeia, exerceu sempre funções dirigentes em gabinetes de assuntos europeus.

5 — Experiência profissional

Áreas em que tem incidido mais a sua intervenção: assuntos europeus, cooperação externa e relações internacionais no geral, gestão financeira e administrativa, estudos no domínio da organização e métodos, estudos de índole económica e social nos sectores do habitação e das obras públicas, estudos ligados ao impacte da adesão de Portugal à CEE, à preparação e exercício da presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias, organização de diversas reuniões de conferências internacionais e actividade de consultoria no domínio da gestão.

6 — Nomeações e representações

Vogal do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, mais tarde do MEPAT e do MES, na Comissão Intermínisterial para os Assuntos Comunitários e na Comissão Intermínisterial para a Cooperação.
 Representante dos mesmos Ministérios em reuniões internacionais, em diversas cimeiras e comissões mistas de cooperação.
 Representante do Ministério no grupo *ad hoc* criado por resolução do Conselho de Ministros para a preparação da ajuda humanitária ao Kosovo e à República da Guiné-Bissau e na Comissão de Planeamento Civil de Emergência.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 1048/2005. — 1 — Considerando o disposto na alínea *a*) do artigo 4.º e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 408/98, de 21 de Dezembro, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), o licenciado José Pedro Ribeiro Gomes da Silva.

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

ANEXO

Nota curricular**I — Dados pessoais:**

Nome — José Pedro Ribeiro Gomes da Silva;
 Data de nascimento — 23 de Setembro de 1966.

II — Dados profissionais:

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (curso de 1985-1990);
 Advogado inscrito na Ordem de Advogados de Portugal, desde 1992;
 Autor de artigos sobre variados temas jurídicos que foram publicados no jornal *Semanário Económico*;
 Assessor da direcção de uma empresa de publicidade (1990-1991);
 De 1990 a 1995 trabalhou no escritório de advogados CRA Coelho Ribeiro e Associados, em Lisboa;
 Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade IBERVISÃO, S. A. (sociedade de direito português, detida maioritariamente pelo grupo finlandês Nokia);
 De 1996 a 1998 foi o responsável em Moçambique da filial desse escritório de advogados;
 De Fevereiro de 1998 até Maio de 2000 foi o responsável pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos do BCI — Banco Comercial e de Investimentos, S. A. R. L. (banco moçambicano integrado no Grupo Caixa Geral de Depósitos), onde acumulou essas funções, com as de secretário-geral;
 Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade de direito moçambicano GCI Sociedade Gestora de Fundos, S. A. R. L., onde exerceu funções;
 Em 2000-2002, consultor jurídico do Instituto Português de Conservação e Restauro;
 Em 2000-2002, consultor jurídico da Inspecção-Geral das Actividades Culturais;
 Em 2000 e 2003, assessor jurídico do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia;
 De 2003 a 2005 exerceu funções de vice-presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia;
 Representante português no programa de cooperação ibero-americana IBERMEDIA;
 Representante do Ministério da Cultura na ANACOM;
 Representante do Ministério da Cultura na comissão de acompanhamento do Canal 2 da RTP;
 Membro do grupo de trabalho de regulamentação da Lei do Cinema.

Despacho conjunto n.º 1049/2005. — Considerando que o licenciado Fernando Campos de Sousa Real comunicou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a antecedência legalmente exigida, o termo da respectiva comissão de serviço enquanto director do Instituto Português de Arqueologia;

Considerando que essa comunicação foi devidamente acompanhada de relatório de resultados obtidos durante o seu mandato de três anos, conforme se determina no n.º 2 do citado artigo 22.º da mesma lei;

Considerando que o licenciado Fernando Campos de Sousa Real tem vindo a desempenhar com competência o cargo de director do Instituto Português de Arqueologia;

Considerando os resultados obtidos e a apreciação do respectivo relatório, foi comunicada expressamente ao interessado, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da citada lei, a renovação da respectiva comissão de serviço.

Considerando o disposto na alínea *a*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio, e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º, 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É renovada a comissão de serviço do licenciado Fernando Campos de Sousa Real no cargo de director do Instituto Português de Arqueologia, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 16 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.